

## **PARAR E ACELERAR**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 11.01.1981

Ainda que as medidas de política econômica que o governo vem tomando desde novembro de 1980 sejam claramente recessivas, é pouco provável que a economia brasileira caminhe para uma recessão em 1981. A taxa de inflação deverá crescer ou pelo menos permanecer no patamar atual. A taxa de crescimento se desacelerará em relação aos 8,5% de 1980, mas é pouco provável que o ritmo de atividade econômica decresça tanto ao ponto de provocar as altas taxas de desemprego e as falências que definiriam uma recessão.

As medidas que o governo vem tomando filiam-se indiscutivelmente a uma linha ortodoxa, monetarista, de combate à inflação. E se forem levadas adiante com firmeza provocarão necessariamente uma recessão, além de serem paradoxalmente inflacionárias. A elevação brutal das taxas de juros, a aprovação do orçamento monetário com previsão de aumento nos meios de pagamento de apenas 50% quando a taxa de inflação está em 110%. O corte sistemático das despesas do Estado, o aumento dos impostos, são todas medidas que, de acordo com qualquer cartilha sobre política econômica, levam à redução da demanda agregada (ou seja, redução do consumo e do investimento totais) e, portanto à recessão. Entretanto, elas não deverão nos levar à recessão pelo simples motivo de que o governo não tem nem poder nem convicção suficientes para preservar essas medidas e as abandonará assim que a situação econômica comece a agravar-se.

O ministro do Planejamento encontra-se em uma situação muito difícil. Ele assumiu o governo, em agosto de 1979, prometendo resolver os problemas da inflação e do balanço de pagamentos e ao mesmo tempo manter as taxas de crescimento do País. Muitos imaginaram que reeditaria os êxitos de 1967-1973, mas a situação era muito diversa e um novo choque de petróleo veio agravá-la ainda mais. Por outro lado, a confiança de que resolveria os problemas levou-o a cometer erros sucessivos: à “inflação corretiva” de 1979, a maxidesvalorização que não foi acompanhada nem por

minidesvalorizações corretas (por erro de política) nem pela manutenção de imposto sobre as exportações de certos produtos primários (por falta de poder), a prefixação da correção monetária e a prefixação da desvalorização cambial. Em consequência, o patamar de inflação dobrou, ao mesmo tempo que as distorções da economia se aprofundavam de maneira dramática.

Diante desses desacertos, diante da pressão dos banqueiros internacionais e da ortodoxia de alguns de seus auxiliares, o ministro Delfim Neto deu a guinada para uma política ortodoxa, recessiva, embora continuasse a negar enfaticamente que seu objetivo fosse a recessão.

Há evidentemente um descompasso entre as medidas e o discurso, mas não creio que o ministro esteja mentindo. Pressionado por todos os lados, sua estratégia é de sobrevivência. Como não tem uma estratégia de longo prazo para a economia brasileira nem acredita em reformas estruturais que darão resultados apenas a médio prazo, limita-se a procurar contornar as dificuldades com medidas conjunturais., que poderão e deverão ser revistas a qualquer instante. Ele sabe muito bem que não pode levar a economia à recessão. A pressão da sociedade civil nesse sentido tem sido absolutamente inequívoca: empresários, intelectuais, classe média tecnoburocrática, trabalhadores têm sido muito claros a respeito. A recessão é um jogo de soma menor que zero em que todos perderão. Não resolvera nem a curto nem a médio prazo os problemas de balanço de pagamentos e muito menos de inflação.

Dentro desse quadro caminhamos mais uma vez para uma política de stop and go, de parar e acelerar, ou seja, provoca-se a recessão e em seguida, para evitá-la, provoca-se a aceleração. Esta política decorre necessariamente das práticas monetaristas ou mais genericamente ortodoxas de combate à inflação. Os monetaristas repelem teoricamente com violência essa estratégia ou prática de parar e acelerar e a atribuem aos keynesianos. Preferiram uma recessão profunda que restabelecesse o equilíbrio e em seguida a neutralização da moeda, que passaria a crescer à mesma taxa do PIB. Entretanto, como essa política é absolutamente inviável, a consequência de qualquer política ortodoxa, seja ela praticada por monetaristas ou keynesianos, e o “parar e acelerar” Isto ficou muito claro no Brasil entre 1974 e 1975, quando não se aplicou uma política administrativa de combate à inflação, mas também não se levou às últimas consequências uma política ortodoxa. Vai se repetir agora, com consequências

desastrosas para o crescimento econômico (que será reduzido) e para a inflação (que aumentará).

Nesses termos, o Brasil só entrará em efetiva recessão se for levado à falência pelos banqueiros internacionais. Neste caso a suspensão do crédito externo nos obrigará a uma drástica redução de importações essenciais ao funcionamento da economia. Apesar de todas as ameaças dos banqueiros, entretanto, e do imenso desequilíbrio de nossas contas externas, não é provável que o País vá à bancarrota em 1981. Os banqueiros internacionais e o Brasil participam de um jogo de poder. Os banqueiros ameaçam cortar nosso crédito: nossa ameaça implícita é de suspender os pagamentos, com perdas para todos. A unidade do País contra a recessão, agora inclusive prevista em um pacto anti-recessão a ser estabelecido entre empresários e trabalhadores, é importante nesse jogo. Fortalece a posição do Brasil, enfraquecida por um governo sem legitimidade política e conseqüentemente sem firmeza em sua política econômica. Poderá fortalecer o próprio governo, se este aproveitar esta posição firme da sociedade civil para negociar com os banqueiros internacionais, que jogam na recessão por não conseguirem ver outra alternativa de política econômica para o Brasil. Esta alternativa, entretanto, existe. Já que o governo está perdido, imobilizado, que sua política tornou-se endógena, fruto de pressões e contrapressões, e está ao sabor do parar e acelerar, resta à própria sociedade civil brasileira mostrar os caminhos a seguir e negociar com nossos credores. Os manifestos e documentos das mais variadas origens publicados recentemente na imprensa têm esse sentido.(11/01)